

projetou no cenário cultural do Brasil através de nomes ilustres como o de *Silvio Romero* e *Tobias Barreto de Menezes*, este, poeta, jurista e crítico, tão ligado a Pernambuco e à Faculdade de Direito do Recife.

Está Va. Exa. numa casa que lhe pertence, engrandecida hoje por sua presença ilustre e amiga, e envolvida pelo prestígio da Universidade Federal de Pernambuco.

Queira aceitar, as nossas melhores saudações, acompanhadas do nosso respeito e admiração, com a certeza de que ansiosos aguardamos o privilégio de escutar Va. Exa. — *ALFREDO XAVIER PINTO COELHO AFONSO*

A Independência brasileira e a autonomia sergipana

JOSÉ LEÔNIDAS DE MENEZES

Nenhum exagero existirá ao dizer-se que realmente poucas foram as capitanias, províncias como seriam chamadas mais tarde, que tiveram sua autonomia tão vinculada à Independência Brasileira, ou melhor, ao ato de soberania praticado por D. Pedro I, como a Capitania de Sergipe d'El Rei.

Não será ocioso repetir que o grande sonho nacional sempre foi a obtenção da sua soberania, poder supremo e político, para afirmação de sua personalidade soberana. A gloriosa tradição nacional guarda, com supino respeito, os nomes sagrados daqueles que pagaram com a vida o arrojo de sonhá-la. Outrosim, os nomes daqueles valorosos que a realizaram com denodo e assombro.

Autonomia, por outro lado, entendemo-la na sua relatividade, de caráter administrativo, subordinada ao poder soberano, portador que ele é da personalidade internacional. E neste caso, todos nós sergipanos guardamos, com idêntico respeito, com suma veneração, os nomes consagrados de quantos sofreram ou sucumbiram no holocausto da autonomia do pequeno Sergipe.

Limita-se ao norte, pelo Rio S. Francisco; a leste, pelo mar; ao sul, pelo Rio Real e a oeste, pela Bahia. Sendo de pequeno território, suas origens são assim descritas pelo ilustre historiador A. de Carvalho Lima Júnior, citado em recente obra de autoria do sergipano J. Pires Wynne, *História de Sergipe*, p. 23:

“Data da conquista pelas armas vitoriosas de Cristóvão de Barros, ficando com a cidade a que deu o seu nome em 1590 o primeiro marco da civilização no país descoberto entre os rios

Real e S. Francisco, o estabelecimento da Capitania de Sergipe D'El Rey, assim denominada, porque, compreendida na donataria de Francisco Pereira Coutinho, por morte deste às mãos dos Tupinambás, reverteram à coroa em 1548 as respectivas terras, no reinado de D. João III de Portugal, que as obteve por compra aos herdeiros do donatário”.

Assim se explica o belo título que ostenta.

Os historiadores registram então atuações inapagáveis de figuras já hoje lendárias que muito fizeram em prol da região. Assim, além de Cristóvão de Barros com quem se positivaria ação administrativa para a conquista, em caráter definitivo do território entre os Rios Real e S. Francisco, os missionários jesuítas Luiz Gran que chegara ao Rio Itapicuru, e seus continuadores padres Lourenço e João Salônio, que obtiveram êxito inicial junto aos indígenas, a despeito da desconfiança que os soldados colocados à distância pelo Governador Régio Luiz de Brito despertavam nos silvícolas.

Aqui logo aparecem nomes que desde cedo os sergipanos aprendem a respeitar como o de Suruby, chefe indígena, que confiantemente solicitou ereção de uma capela nos seus domínios. Os soldados que guardavam os jesuítas, porém, em virtude da solidão das ermas paragens, começaram a roubar meninas índias, criando situações tensas, a ponto de arruinar o trabalho missionário e colonização. Foi inegável ato de beligerância a fuga do cacique Aperipê, com vários subordinados.

D. Sebastião, rei de Portugal, a quem Luís de Camões dedicou seu imortal poema “Os Lusíadas” publicado em 1572 e a quem na parte final o genial poeta exorta a conquista de Marrocos, bem moço ainda e de espírito aventureiro a ponto de morrer na desastrosa batalha de Alcácer-Kebir (África), determinou providências para a conquista e colonização da região do Rio Real, onde os franceses aliciavam os indígenas Tupinambás, explorando a terra e o próprio homem.

Felisbello Freire, um dos nossos historiadores e ex-Governador de Sergipe nos primórdios da República, na sua História

Territorial do Brasil, conta que, em virtude de insucessos belicosos com os naturais, reagiu o Governador Régio Luiz, passando a explorar a embocadura e vizinhanças do Rio Real.

Serigy, Suruby e Aperipê, perdida qualquer reconciliação, hostilizavam os colonizadores, e a paz foi quebrada.

Para os indígenas, a traição branca rondava por toda a parte. Resolveu então o Governador combater os índios, sem piedade a tal ponto que, embora os piratas franceses tenham ajudado com uso de armas de fogo, perdem eles desastrosamente: morre Suruby e são aprisionados Aperipê com mais de mil e duzentos índios. Conduzidos à Bahia, irremediavelmente perecem todos.

A história sergipana recorda também a fundação da primeira São Cristóvão por Cristóvão de Barros, o grande conquistador do território, perto do Rio Poxim, em homenagem ao santo do dia e onomástico, a qual depois de peregrinar, se fixou perto do Rio Paramopana, no lugar onde definitivamente se encontra.

Lembra ainda com veneração nomes de capitães-mores que procederam ao povoamento da região, como o fez Tomé da Rocha, o vencedor dos franceses; Manuel de Miranda Barbosa, bom administrador, dando expansão às zonas produtivas, com proveito para a própria fazenda pública.

Uma referência é obrigatória: a presença dos holandeses na Capitania. Inicialmente, o seu intuito é o da pirataria, a exemplo dos franceses. Em 1630, os holandeses conquistaram Pernambuco e Maurício de Nassau, pouco depois, assume o governo. Ao fazê-lo, toma conhecimento de alguns revezes das tropas confiadas ao comando de Picard que se entregara ao antigo Governador da Capitania de Pernambuco, Matias de Albuquerque; em seguida, toma conhecimento também da chegada da esquadra espanhola a Alagoas, comandada por D. Luiz de Rojas e Borjas. Nassau decide-se guerrear e em Porto Calvo bateu o exército contrário, pondo em fuga o general Giovanni Vincenzo

Sanfelice, Conde de Bagnuolo, que às pressas passa a Sergipe, em busca da defesa natural: o Rio S. Francisco.

Coube a São Cristóvão o encargo de hospedar o general e seu comando em fuga.

As terras sergipanas passaram então a ser *terra de ninguém*, saqueada e explorada, tanto por holandeses como pelas tropas de Bagnuolo. A pilhagem era o apanágio da guerra: o roubo de gado, a invasão à propriedade, o saque aos produtos agrícolas armazenados.

Foram erguidos fortes no S. Francisco (Mauritius) e no Rio Real. A dominação holandesa parecia exitosa.

Superada a longa fase de guerra em que Sergipe teve papel saliente, ajudando a reconquista do território, quando entraram para a história sergipana nomes da envergadura de Camarão e Henrique Dias, Sergipe retornou ao domínio português. Depois de boas e frutíferas administrações, acontecimentos novos surgem como o do ato da coroa, reduzindo Sergipe a comarca da Bahia, com efeitos históricos relevantes.

O primeiro ouvidor, despachado para Sergipe foi o Dr. Diogo Pacheco de Carvalho, nomeado a 15 de março de 1966, tomando posse a 5 de junho do mesmo ano. Acontece que Sergipe, como comarca, ficou com seu território ampliado, deslocando-se mais para o sul sua linha divisória.

Assim que D. João de Lencastre, estabelecendo a área de jurisdição das duas comarcas, ordenou que o ouvidor de Sergipe exercesse suas funções até Itapoan, limite discutível.

Surge reação por parte de vilas e povoados da região fronteiriça, que não desejavam pertencer à jurisdição de Sergipe, embora fosse menos distante e mais econômica. Surgem aqui as primeiras questões de limites entre as duas capitânias.

De passagem deve ser mencionado outro grande acontecimento que trouxe inegavelmente medonhos prejuízos ao Brasil inteiro, no setor cultural: a expulsão dos jesuítas.

Em 1817 estoura a revolução pernambucana. J. Pires Wynne verifica que Felisbello Freire, por seu espírito republicano, dá como causas da reação ao movimento revolucionário pernambucano a incultura dos sergipanos por longos anos abandonados à sua própria sorte, roubados, vilipendiados, pelo que se tornavam cruéis, fascínoras muitos deles, aliás, decorrência do único aprendizado que tiveram na guerra, quando tudo fizeram para sobreviver aos infortúnios. Bem apanhada a apreciação de J. Pires Wynne (obra citada, p. 212): "... mas é ele mesmo (isto é. F. Freire) quem reconhece o estado de anarquia e de insegurança que reinava em Sergipe, então dominado por meia dúzia de atrabiliários sargentos-mores, destacando-se entre eles: Bento de Oliveira e Felipe de Faro, senhores que se julgavam donos da terra e que agiam como sbsolutos mandões, aliciando gente má, elementos criminosos, fascínoras, para a conquista de maiores extensões territoriais, trazendo os habitantes sob constante opressão, procurando motivos para as investidas da ambição mais desenfreada". E concluiu: "Como se vê, não havia ainda uma sociedade esclarecida, capaz de pensar e escolher os caminhos por onde seguir, e assim o que fica provado é que não houve, por ocasião da revolução de 1817, desencadeada em Pernambuco e que procurou expandir-se, nenhuma manifestação positiva no sentido de adesão, o que demonstra a indiferença dos vilanovenses no começo e, logo depois, a resistência oferecida e a acolhida aos homens do general Cogominho às margens do S. Francisco".

Entretanto, a história exige justiça. Se de fato foram muitos os males sobre a Capitania, algo de positivo ficou: a permanência do holandês em Sergipe deixou no espírito da população um germe de revolta, que deu lugar à existência de uma opinião autônoma, com tendência a um rompimento de subordinação da Capitania ao governo da Bahia.

De qualquer forma, o povo sergipano abria a senda da liberdade e tanto que, por Decreto de 8 de julho de 1820, foi Sergipe elevado à categoria de Capitania, completamente independente da Bahia, devendo seus governadores diretamente se dirigir às secretarias do Estado, podendo conceder sesmarias.

Estavam dessarte rompidas as correntes que prendiam o povo sergipano. Vida nova se tomava. O brigadeiro Carlos César Burlamáqui é que em nome do rei, assumiu o governo de Sergipe, nomeado que foi por carta régia de 24 de outubro de 1820. Tomou posse em 20 de fevereiro de 1821.

Os fados porém lhe eram ainda adversos e ao próprio Sergipe. Não seria aqui e sem a contribuição de enormes sacrifícios que a pequenina capitania coroaria seus anseios de liberdade.

Na verdade, o Decreto de 8 de julho de 1820 tornou-se letra morta. A Bahia já urdida um belo plano para anular a vontade do soberano. Assim Carlos César Burlamáqui, logo ao chegar e a tomar posse do governo, era intimado pelo tenente-coronel José Joaquim Ferreira, em nome da Bahia, que imediatamente se procedesse ao juramento da Constituição que as cortes em Portugal ainda iriam elaborar, embora o fizesse já o próprio D. João VI, no Rio de Janeiro, sob pressão de portugueses residentes e de brasileiros lusófilos.

Burlamáqui, homem consciente de suas altas funções, devotadíssimo ao trono, não desejou aclamá-la sem uma palavra expressa do soberano. Reuniu nobreza, clero e povo e comunicou sua decisão. Havendo violentas reações contrárias, usou do expediente de renunciar, por não poder transigir. Foi o bastante para que a esmagadora maioria ficasse ao lado do Governador, que imediatamente retomou suas funções e prendeu o tenente-coronel José Joaquim Ferreira, prisão que foi logo relaxada. Dois emissários seguiram para o Rio: Bento de Melo Pereira, depois Barão de Cotinguiba, pessoa de muitos recursos morais e econômicos, e o tenente Manuel Rodrigues do Nascimento.

No dia 21 de março de 1821, o Governador, "ipsis verbis", "foi deslocado, e derrubado do lugar para onde Sua Majestade... tinha nomeado, perseguido, preso e suplantado..."

E continua o Governador: "Devendo ser mui mortificante à Sua Majestade e às cortes que o governo da Bahia, especial-

mente, escraviasse e pusesse outra vez debaixo de seu jugo aquela Capitania, separada e independente, por Decreto de 8 de julho..."

Conduziram o Governador deposto a Salvador, meteram-no em masmorras dos fortes, onde sofreu as maiores privações.

Como se não bastasse tanta desdita, o general português Madeira, assume militarmente o governo da Bahia. A situação piorou para os sergipanos que se viram em situação de desprestígio e de zombarias na própria casa. Situação equivalente ocorria com os deputados brasileiros em Portugal, onde eram criticados pelos portugueses enfurecidos.

Ficou logo Sergipe sob um regime férreo, cruel, cheio de perseguições. Vingava o terrorismo. Mas o intrépido espírito sergipano é que não estava ainda alquebrado; era um fanal a orientar os bravos.

Havendo em toda a Capitania descontentamento geral, os emancipacionistas se reúnem e sob a presidência do capitão Luiz Francisco Freire, com a presença de militares, autoridades civis e do próprio povo, promovem uma representação a D. João VI e ao congresso das cortes portuguesas, pedindo a emancipação e a independência.

O vigário Antônio José Gonçalves de Figueiredo redigiu a carta, aprovada pelos presentes, e seria também seu mensageiro pessoal a D. João. Se a proclamação da independência do Brasil por D. Pedro, positivamente, dava solução à desanexação de Sergipe, também é certo, em recíproca, que o estado de ânimo de Sergipe como de outras capitanias, juntamente com a disposição de espírito de quantos assessoravam o trono, motivava um clima de rebeldia e de liberdade, abrindo caminho para a soberania. E as palavras de D. João VI ao seu filho, D. Pedro, na hora de partir para Portugal constituíam testemunho de tal convencimento.

Já estavam sendo superados os agoureiros da inalterabilidade da situação do Brasil e das capitanias. De nada valiam as

manobras do general Madeira na Bahia, e dos brigadeiros Pedro Vieira e José de Barros Pimentel, juntamente com o ouvidor, todos interessados em contrariar o movimento, oferecendo oposição à aclamação do Imperador Constitucional. O general Labatut, a serviço do Imperador, em agosto de 1822, desembarcou em Maceió, por não poder fazê-lo em Salvador. E como um rastilho de pólvora em chamas a notícia chegou às margens do S. Francisco. Os partidários da anexação em Vila Nova, logo se arregimentaram para dificultar-lhe o ingresso, e proverem resistência. Ruíam suas intenções. Bento de Melo Pereira organizava as defesas. Labatut envia um emissário, no dia 20 de setembro de 1822. Bento de Melo ganha tempo e consulta ao superior Pedro Vieira. O povo, percebendo o engodo, no dia 2 de outubro no edifício do conselho, promove extraordinária aclamação à causa da independência brasileira, e conseqüentemente à causa da autonomia sergipana.

Labatut nomeia em nome do Imperador Constitucional governador o tenente-coronel José Elói Pessoa da Silva. Toma posse em 25 do mesmo mês.

Porém nem todos receberam o evento com satisfação. Resentimentos cegavam corações sergipanos. Barros Pimentel aproxima-se de Labatut, torce os fatos, consegue a confiança do general, assume o governo, e expulsa o antecessor. Vinga-se como quer. Contrariando os acontecimentos de 1.º de dezembro de 1822, promove com enorme aparato, em data posteriormente, por ele marcada, nova aclamação.

Agora, por seu turno, era ferido pelos fados: aparece um officio do conselho interino da Bahia datado de 24 de janeiro, em que se fazia a comunicação, e Barros Pimentel era o grande destinatário, de que, por "carta imperial de 5 de dezembro, S. M. o Imperador tinha elevado Sergipe de comarca a província de segunda ordem, completamente independente da Bahia, conforme Decreto de 8 de julho de 1820 e que se elegeisse um conselho de cinco membros".

O povo saturado de tanta traição e covardia dirige-se à câmara em 27 de fevereiro, denunciando atitudes do Governador.

Exige que se convoque a junta instalada em 1.º de outubro de 1822, seja-lhe dada posse, passando então a administrar a Capitania de Sergipe D'El Rei. A Câmara aceita o pedido, a junta se reúne, assume o cargo, e grande é o entusiasmo. A independência política estava realizada. Sergipe inteiro participou dela.

Todavia, uma nação só se ergue perante as demais pela sua cultura. Ainda aqui a participação de Sergipe é saliente. Seus filhos contribuíam de maneira decisiva. Assim, Tobias Barreto revoluciona o direito em Recife.

Sílvio Romero faz história da cultura literária e inicia a crítica. João Ribeiro começa os estudos filológicos. Horácio Hora promove a pintura.

Não basta: hoje, a Universidade Federal de Sergipe abre novos horizontes para a juventude, e consolida os variados ramos do conhecimento. O governo agora mesmo no campo cultural constrói um amplo e funcional edifício para a biblioteca pública estadual, aumentando seu acervo, além de incrementar o ensino com novos estabelecimentos.

Quis Deus porém que fosse o pequenino Sergipe o gigante que abriu suas entranhas e delas fizesse escorrer o ouro negro, o petróleo, símbolo de nossa independência econômica que se avizinha; de pronto novos poços estão em vias de comercialização. Por outro lado, extraordinárias descobertas de jazidas minerais tranquilizam o Brasil porque são quase inesgotáveis. Lá se acham fabulosas jazidas de potássio, magnésio, barrilha, soda, cloro, cimento, cal e carbonatos de cálcio, óxido de titânio, salvinita, carnalita, taquidrita, salgema (halita) à espera da industrialização. O governo atual de Dr. Paulo Barreto de Menezes criou o distrito industrial, asfaltado, onde as primeiras indústrias novas começam a construir. Breve outras virão, porque os nossos homens de iniciativa privada saberão reconhecer ali uma das maiores possibilidades de investimentos para o futuro.